

**GERÊNCIA GERAL DE CONTROLE DA REGULARIDADE, ORIENTAÇÕES E NORMAS**
**SETOR REGULARIDADE FISCAL – SERF**
**Boletim Informativo nº 001/2019**
**Data:** 24 de janeiro de 2019

**Assunto:** Cronograma de vencimento das obrigações tributárias e contributivas para os Órgãos e Entidades da administração direta e indireta do Município do Recife, referente ao primeiro semestre de 2019.

**Relatores:** Lucas Canto (matrícula 107.074-6)

A **Controladoria Geral do Município - CGM**, no exercício da sua função de orientação aos gestores públicos, e em razão do disposto nos parágrafos 1º e 2º, artigo 15, do Decreto Municipal nº 27.084/2013, vem publicar o Cronograma de Vencimento das Obrigações Tributárias e Contributivas para os órgãos da Administração **Direta e Indireta** do Município de Recife.

Obrigação	Orientações Gerais	Descrição da Obrigação	Fundamentação Legal
<b>GFIP</b>	<p>O órgão/entidade está obrigado à entrega da GFIP, que deverá ser feita por meio magnético, <b>até o dia 7 do mês seguinte àquele em que foi ocorrido o fato gerador</b> através do SEFIP.</p> <p>Caso não haja expediente bancário no dia 7, a entrega deverá ser antecipada para o dia de expediente bancário imediatamente anterior. O órgão/entidade está obrigado à entrega, ainda que não haja recolhimento para o FGTS, caso em que a GFIP será declaratória, contendo todas as informações cadastrais e financeiras de interesse da Previdência Social.</p> <p>Estão desobrigados de entregar a GFIP os órgãos públicos, em relação aos servidores estatutários filiados a regime próprio de previdência social.</p>	<p>Informação relativa aos dados da empresa e dos trabalhadores, aos fatos geradores de contribuições previdenciárias e aos valores devidos ao INSS, bem como as remunerações dos trabalhadores e valores a serem recolhidos ao FGTS.</p>	<p>Art. 15º da Lei nº 8.036/1990. e Site da Receita Federal</p>

<b>GPS</b>	<p>A importância retida deverá ser recolhida <b>até o dia 20 (vinte) do mês seguinte ao da emissão da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços</b>, antecipando-se esse prazo para o dia útil imediatamente anterior quando não houver expediente bancário naquele dia.</p>	<p>As contribuições sociais administradas pela Receita Federal do Brasil, destinadas à Previdência Social e as destinadas às outras entidades ou fundos deverão ser recolhidas por meio de Guia da Previdência Social (GPS).</p>	<p>Art. 129º e 395º, da Instrução Normativa RFB nº 971/2009.</p>
<b>DCTF</b>	<p>Deve ser apresentada <b>até o 15º (décimo quinto) dia útil do 2º (segundo) mês subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores</b>. Em virtude da decisão, cujos números dos processos são 0805810-82.2016.4.05.0000- (Agravamento de Instrumento) e 0804487-71.2016.4.05.8300 (processo original), o Município do Recife, os Fundos Públicos Municipais administrados, bem como suas Autarquias e Fundações ficam desobrigados a recolher o imposto sobre rendimentos pagos e creditados <b>a qualquer título</b>, e não apenas aqueles referentes aos rendimentos do trabalho assalariado. Sendo assim, a exigência da prestação do IRRF na <b>DCTF passa a estar suspensa</b> para as Pessoas Jurídicas supracitadas, com amparo na Instrução Normativa 1.599/2015.</p>	<p>A Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – <b>DCTF</b> deve conter as informações relativas aos tributos e contribuições apurados pela pessoa jurídica em cada mês, os pagamentos, eventuais parcelamentos e as compensações de créditos, como as informações sobre a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.</p>	<p>Arts. 2º, 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.599/2015.</p>
<b>PIS / PASEP</b>	<p>O pagamento deve ser efetuado <b>até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores</b>. Se o dia do vencimento de que trata este artigo não for dia útil, considerar-se-á antecipado o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder. No caso das fundações, esta obrigação somente é aplicável para aquelas que processem folha de pessoal.</p>	<p>São dois programas administrados pelo Governo Federal que beneficiam os trabalhadores cadastrados em seus sistemas. O PIS é pago pela Caixa Econômica Federal e é destinado aos trabalhadores regidos pela CLT, enquanto que o PASEP é pago pelo Banco do Brasil e é disponibilizado aos servidores públicos.</p>	<p>Art. 1º da Lei nº 11.933/2009.</p>

<p><b>IRRF</b></p>	<p>O recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte deverá ser efetuado <b>até o último dia útil do 2º (segundo) decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.</b></p> <p>Em virtude da autarquia da URB, EMLURB, CTTU e CSURB, o IRRF arrecadado por essas entidades <b>passa a ser receita própria</b> do município de Recife de acordo com o Art. 158, inciso I, da CF/88.</p> <p>Em virtude da decisão, cujos números dos processos são 0805810-82.2016.4.05.0000- (Agravo de Instrumento) e 0804487-71.2016.4.05.8300 (processo original), o Município do Recife, os Fundos Públicos Municipais administrados, bem como suas Autarquias e Fundações ficam desobrigados a recolher o imposto sobre rendimentos pagos e creditados <b>a qualquer título</b>, e não apenas aqueles referentes aos rendimentos do trabalho assalariado. Sendo assim, a exigência da prestação do IRRF na <b>DCTF passa a estar suspensa</b> para as Pessoas Jurídicas supracitadas, com amparo na Instrução Normativa 1.599/2015.</p>	<p>O Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF é uma obrigação tributária principal em que a pessoa jurídica ou equiparada, está obrigada a reter do beneficiário da renda, o imposto correspondente, nos termos estabelecidos pelo Regulamento do Imposto de Renda.</p>	<p>Art. 70º, inciso I, alínea “d”, da Lei nº 11.196/2005</p>
<p><b>DIRF</b></p>	<p>A <b>Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF 2019</b>, relativa ao ano-calendário de 2018, deverá ser apresentada até as 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, de 28 de fevereiro de 2019.</p>	<p>A DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte) é uma obrigação tributária acessória devida por todas as pessoas jurídicas, independentemente da forma de tributação perante o imposto de renda.</p>	<p>Art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.836/2018.</p>

<b>EFD</b>	A EFD-Contribuições será transmitida mensalmente ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED <b>até o 10º (décimo) dia útil do 2º (segundo) mês subsequente ao que se refira à escrituração.</b>	O contribuinte irá apresentar em forma digital, com transmissão via internet, os registros dos documentos fiscais da escrituração e os respectivos demonstrativos de apuração das contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS e dos créditos da não cumulatividade, bem como a apuração da Contribuição Previdenciária incidente sobre a Receita Bruta, e outras informações de interesse econômico-fiscais.	Art. 7º, da Instrução Normativa RFB nº 1.252/2012
<b>ISS Fonte</b>	Deverá ser recolhido <b>até o dia 10 (dez) de cada mês.</b> Quando o término do prazo de recolhimento de tributos municipais for em dia que não seja útil ou em que não haja expediente bancário, o referido recolhimento deverá ocorrer no dia útil imediatamente <b>subsequente.</b>	Retenção do ISS consiste na obrigação de o tomador do serviço (o contratante) reter o valor correspondente ao ISS devido pelo prestador do serviço, no momento do pagamento do serviço contratado.	Site da Prefeitura
<b>SIOPS</b>	Deverá ser realizada <b>até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre.</b>	Transmissão dos dados comprobatórios da aplicação anual em ações e serviços públicos de saúde do percentual mínimo de 15% da receita resultante de impostos para o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS).	Arts. 12º e 15º, § 2º, da Portaria nº 53/2013 do Ministério da Saúde.  Art. 198º CF
<b>SIOPE</b>	Deverá ser realizada <b>até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre.</b>	Transmissão dos dados comprobatórios da aplicação anual na manutenção e desenvolvimento do ensino do percentual mínimo de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE)	Art. 25º, § 1º, inciso IV, alínea "b" da LC nº 101/2000 (LRF).  Art. 212º CF

<b>RGF</b>	<p>A publicação do <b>Relatório de Gestão Fiscal (RGF)</b> deverá ser realizada <b>até 30 (trinta) dias após o encerramento do quadrimestre anterior.</b></p>	<p>O Relatório de Gestão Fiscal é um dos instrumentos de Transparência da Gestão Fiscal que objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento, por parte dos entes federativos, dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal: Despesas com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Concessão de Garantias e Contratação de Operações de Crédito.</p>	<p>Arts. 54º e 55º da LC nº 101/2000(LRF)</p>
<b>RREO</b>	<p>A publicação do <b>Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)</b> deverá ser realizada <b>até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre anterior.</b></p>	<p>O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) tem por finalidade evidenciar a situação fiscal do município, demonstrando a execução orçamentária da receita e da despesa.</p>	<p>Arts. 52 e 53 da LC nº 101/2000(LRF)</p>
<b>ECA</b>	<p>Deverá ser entregue <b>até o dia 30/04 de cada ano referente às contas do exercício anterior.</b></p>	<p><b>Encaminhamento das Contas Anuais - ECA</b> (Demonstrativos Contábeis citados na Lei nº 4.320/1964) para a consolidação das contas dos Entes da Federação relativas ao exercício anterior, cujo registro é procedido</p> <p>pela Secretaria do Tesouro Nacional, com base no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).</p>	<p>Art. 51, § 1º, inciso I, da LC nº 101/2000 (LRF).</p>
<b>EPCT</b>	<p>Deverá ser encaminhada <b>até o dia 30/04 de cada ano referente ao exercício anterior.</b></p>	<p>Demonstração do <b>Exercício da Plena Competência Tributária - EPCT</b>, que se constitui no cumprimento da</p> <p>obrigação de instituir, de prever e de arrecadar os impostos de competência constitucional do</p>	<p>Art. 11 da LC nº 101/2000 (LRF).</p>

		<p>Município.</p> <p>Comprovada por meio de apresentação de declaração do Chefe do Poder Executivo de que instituiu, previu e arrecadou os impostos de competência constitucional, juntamente com a apresentação do comprovante de remessa da declaração ao respectivo Tribunal de Contas (por meio de recibo do protocolo, aviso de recebimento ou carta registrada).</p>	
<b>MSC</b>	<p>O encaminhamento da <b>Matriz de Saldos Contábeis</b> deverá ser realizado <b>até 30 (trinta) dias após o encerramento do mês de referência.</b></p>	<p>A Matriz de Saldos Contábeis é uma estrutura padronizada de coleta de informações contábeis e fiscais dos entes da Federação para fins de elaboração das declarações do setor público brasileiro, tais como (RREO e RGF), as demonstrações contábeis (BO, BP, BF, DVP e DFC), e o QDCC (Balanço Anual).</p>	<p>Art. 8, § 1º da Portaria STN 896/2017</p>
<b>ECD</b>	<p>A Escrituração Contábil Digital (ECD) deverá ser transmitida anualmente ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) <b>até o último dia útil do mês de maio</b> do ano seguinte ao ano calendário a que se refira a escrituração até 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília.</p>	<p>A Escrituração Contábil Digital (ECD) é parte integrante do projeto Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, corresponde à obrigação de transmitir, em versão digital, dos Livros Diário e seus auxiliares, se houver, Livro Razão e seus auxiliares, se houver, Livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.</p>	<p>Art. 1º, da Instrução Normativa RFB nº 1594/2015 e Art. 5º, §2º da Instrução Normativa RFB nº 1.420/2013.</p>

<b>PIS/ COFINS/ CSLL RETIDOS NA FONTE</b>	<p>Os valores retidos no mês deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional pelo órgão público que efetuar a retenção ou, de forma centralizada, pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica, <b>até o último dia útil do segundo decêndio do mês subsequente àquele mês em que tiver ocorrido o pagamento à pessoa jurídica fornecedora dos bens ou prestadora do serviço.</b></p>	<p>Os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas, nas ocasiões previstas na lei 10.833/2003, estarão sujeitos à retenção na fonte de PIS e COFINS da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).</p>	<p>Art. 30º e 35º, da Lei nº 10.833/2003.</p>
<b>COFINS</b>	<p>O pagamento deve ser efetuado até o <b>25º (vigésimo quinto) dia do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.</b> Se o dia do vencimento não for dia útil, deve-se antecipar o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder.</p>	<p>Trata-se de uma contribuição a nível federal calculada sobre a receita bruta de empresas. Sua arrecadação é destinada aos fundos de previdência e assistência social e da saúde pública.</p>	<p>Art. 1º da Lei nº 11.933/2009.</p>

Esta Controladoria Geral do Município - CGM, através da Gerência Geral de Controle da Regularidade, Orientações e Normas, coloca-se à disposição para maiores esclarecimentos através do telefone (81) 3355-9011.